

Enfermidades, sanitarismo e preconceito: uma análise histórica de Comunidades Caiçaras e Quilombolas do litoral norte de São Paulo, Brasil, no decorrer do Século XX

Clayton Galdino Rosendo dos Santos

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos - São Paulo - Brasil
galdinotur@hotmail.com

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos - São Paulo - Brasil
papali@univap.br

Pedro Ribeiro Moreira Neto

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos - São Paulo - Brasil
pedroribeiro@univap.br

Resumo: As percepções expressas por profissionais sobre populações caiçaras são enfáticas ao classificá-las em alcunhas depreciativas. Indolentes, arredios ao trabalho são alguns dos predicados atribuídos. A origem desta postura, já bastante estudada, remonta às teorias de pretensão científica que também atingia populações mestiças em geral, creditando-lhes certa degeneração que impedia o progresso da humanidade. O presente artigo, por meio de revisão bibliográfica, procura refletir como tais cenários espelham historicamente uma situação comum a muitos grupos sociais, caiçaras e quilombolas, que preservam uma cultura particular, tema de reflexões que colaboram para que se entenda justamente a miscigenação enquanto uma das bases da formação cultural do país.

Palavras chave: Enfermidades. Preconceito. Saneamento básico. Caiçaras. Quilombolas. Ubatuba/SP.

Introdução

O estudo de comunidades tradicionais no Brasil, especificamente aqueles relacionados a setores menos favorecidos da sociedade nacional, por vezes vem permeado de preconceitos que rotulam seus integrantes com adjetivos jocosos, como uma excentricidade mal compreendida. Uma vez que não apenas seus usos e costumes, mas,

o conjunto de sua cultura foge à lógica do capital, do trabalho atrelado à rigidez de horários, metas de produção, aspirações ao consumo, acúmulos de bens, entre outros valores presentes nas sociedades urbanizadas e inseridos no modo de produção capitalista.

Tal percepção muitas vezes é acompanhada de estigmas, como por exemplo, a classificação como indolentes, avessos ao trabalho e dependentes de programas sociais. Neste artigo busca-se abordar a relação entre saúde e preconceito, no contexto da formação histórica de tais comunidades, no caso os povoamentos caiçaras do Litoral Norte de São Paulo. Tal recorte se orienta por percepções expressas em relatos de viajantes e pesquisadores que em tempos distantes registraram opiniões sobre a alcunha de 'indolência' em relação ao caiçara, termo revestido de concepções depreciativas e preconceituosas.

Assim, a primeira parte deste artigo pretende abordar, em caráter resumido, alguns aspectos da formação destas comunidades como fruto da contribuição indígena, europeia (ibérica) e africana. O segmento posterior discorre sobre a percepção pejorativa expressa por alguns articulistas e cronistas sobre a índole caiçara, assim como opiniões conflitantes destes autores que também expressam vitalidade e ousadia nas lidas cotidianas destas populações praianas. Em terceiro lista, valendo-se de exemplos, alguns equipamentos vernaculares desenvolvidos pela cultura caiçara para atendimento ao saneamento na escala de sua comunidade (equipamentos de captação de água, 'casinhas' e sanitários), assim como a abordagem associada a iniciativas de governo empreendidas no Litoral Norte de São Paulo, dirigidas para oferta de saneamento básico nos núcleos urbanos, em especial, iniciativas em São Sebastião e Ilhabela.

A formação étnica

O escopo deste trabalho refere-se, em linhas gerais, ao caiçara e mais especificamente à uma comunidade quilombola, o Quilombo da Caçandoca. Lança um olhar sobre como se construíram alguns preconceitos a respeito de tais comunidades no tocante às relações de trabalho, índole e temperança. Assim, para início dessa abordagem, devem ser elencados algumas concepções que norteiam a descrição destes povoamentos.

Segundo Antonio Carlos Diegues (2004, p.40), o caiçara é aquele que nasceu em cidades praianas do litoral de São Paulo, avançando ao extremo norte da costa paranaense e o sul dos mares fluminenses, constituindo um território de fusão dos

elementos indígenas, europeus e africanos, palco da primeira ocupação sistemática do território brasileiro. Em outras conceituações o caiçara abrange mais um estilo de vida do que apenas sua terra natal, consoante com Kilza Setti (1985, p. 25), que o define “como uma população que tem um tipo de vida e cultura que lhe é característico, e não simplesmente sob o ângulo de sua etnia”, fato que aproxima do tipo cultural do caipira, como definido por Antônio Cândido “...um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial” (2010, p.27). Justo Arouca (2003, p.20) já o chama de caiçara - pescador, “símbolo inexcusável de apego às suas tradições, traço saliente e forte do homem praiano, elaborador da nossa feição histórica”. Quanto à sua índole, associada por vezes ao conjunto das populações tradicionais do litoral, Olavo Hummel, da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo - CGGESP (1919, p. 9) o definiu como “pacífico por excelência”.

No decorrer do século XVIII e ao adentrar os oitocentos, a região do Litoral Norte paulista abrigou importantes polos comerciais como São Sebastião e Ubatuba, expressos nos portos de bom calado que atendiam à produção local de açúcar, além de abastecer com víveres as vilas expoentes do planalto. Pelos contrafortes da Serra do Mar, descia a produção cafeeira do interior que se somava à própria produção litorânea da rubiácea, fator que imprimia acentuada importância e pujança a seus atracadouros.

No entanto, no findar do século XIX a região foi preterida, na questão portuária, em relação aos atracadouros de Santos e Rio de Janeiro. Ary França (1954, p.45), ao avaliar dados de censo de 1950, afirma ser o Litoral Norte “mediocrementemente povoado”, com baixa densidade demográfica expressa por 12,5 km² por habitante, mesmo estando tal região imediata à grandes centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro, Santos). Tal cenário é consoante com o que afirmam Nísia Lima e Gilberto Hochman (1996, p.23), ao analisarem núcleos parcamente adensados: “Esse pedaço de Brasil abandonado não era nem tão longínquo, nem tão pequeno assim.”

Aliado a este fator de isolamento somam-se o esgotamento das terras agricultadas e a precariedade das técnicas produtivas. O interior de São Paulo, diante das marés montantes de cafezais e pela sistemática política estatal e capitalista de colonização por imigrantes europeus, refletia, aos olhos dos empreendedores à época símbolos do progresso e trabalho, movido pelas vias férreas das locomotivas e suas composições. Neste quadro, forma-se um hiato no Litoral Norte, alheio às monoculturas e à incipiente industrialização, conforme cenário expresso por Ary França (1954, p.15):

Inversamente, os litorais, em passado já distante atingidos pelo movimento colonizador, não têm merecido o mesmo interesse. No Estado de São Paulo, com exceção do porto de Santos e sua região, assim como das reduzidas áreas onde se desenvolve uma economia de plantação (bananas e chá, principalmente) e uma nova função, a do veraneio, é esta a mais pobre, vazia e arcaica das grandes unidades [...] sem possuir o estado, em meados do século XX, uma fachada litorânea digna dele.

Embora nos anos de 1950 e no decorrer das décadas seguintes, quando o Litoral Norte de São Paulo já dispunha de vias de comunicação tanto terrestres como marítimas, ainda era notório o isolamento dos nichos rurais acolhidos nas enseadas. Não se tecia uma rede urbana, no sentido que expressa Orlando Moreira Junior (2013, p.23), quando “... reorganização da ocupação do território e dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações concorrem para a construção de novas interações socioespaciais, que articulam diferentes escalas, contribuindo para reconfigurar dinâmicas territoriais..”. Neste sentido corrobora França (1954, p.33) ao abordar o cenário de 1954:

A circulação interior, entre os diversos compartimentos do litoral continental, apesar da existência de picadas e de 1946 para cá, de uma estrada em construção, correndo paralelamente à costa é extremamente reduzida. As novas vias ainda não desempenharam função econômica ou social apreciável.

Assim, o isolamento citado, aliado à opção pelas terras interiores, relegou o caiçara à margem da produção capitalista, via de regra isolado das ‘virtudes’ por ela impostas: labor rotineiro, ‘progresso’, aprimoramento de técnicas e materiais, intervenções urbanísticas, etc. Tal cenário provocou em alguns viajantes, pesquisadores e técnicos que percorreram a região uma certa impressão preconceituosa de indolência do caiçara, similar às expressas em relação a populações rurais do planalto.

Indolência, doenças, vitalidade

Conforme citado, as populações caiçaras do Litoral Norte de São Paulo quedaram-se isoladas no findar do século XIX, em decorrência de opções capitalistas como o monocultivo cafeeiro em direção à região norte do estado, a industrialização no entorno da capital, o desenvolvimento dos meios de transporte, principalmente a ferrovia e políticas de imigração europeia, que privilegiaram as terras interiores do planalto. Além das arbitrariedades do meio decorrentes e das ações econômicas citadas, populações aliadas, sejam caiçaras, caipiras ou afro-brasileiras, também se viam sob o

jugo do que Jaime Rodrigues (2000, p.45) define como 'medicina moral', de viés opressor, assim descrita:

As teses médicas desse período não apresentam fundamentação em pesquisas específicas, ao menos aquelas voltadas para os temas de saúde pública. As falas moralizantes existentes nesses trabalhos estavam imbuídas do discurso político sobre projetos civilizatórios: a escravidão degenerava os costumes, e a necessidade era criar um povo útil, ativo, morigerado e sob controle. Para esta tarefa, a categoria dos médicos se mostrou pródiga em contribuições.

Sob relatos coligidos de alguns textos elaborados sobre o contexto praiano, pontuam algumas percepções sobre a vitalidade (ou falta dela) de populações caiçaras assim como algumas causas aventadas por tais observadores. Para alguns, o caiçara é descrito, via de regra como 'indolente', avesso ao trabalho, compreendido como o labor sistemático recorrente nas unidades produtivas agrárias, industriais e comerciais das urbes do planalto: horários e tarefas rígidas, especialização, busca de alta produtividade, resultados/metras a serem mensuradas e alcançadas.

Outras visões tentam justificar a debilidade do habitante praiano por ser este acometido por doenças de amplo espectro (malária, verminoses), fatores que impossibilitam o 'progresso' e o aprimoramento de seu trabalho. Ainda que em tentativa de explicar possíveis razões desse quadro deprimido, reafirmam, de forme pejorativa, a indolência e, porque não dizer, preguiça caiçara. Entretanto, em percepção oposta, visões positivas também sustentam que, mesmo sob tais condições, o caiçara possui intrepidez e vitalidade, na solução de suas necessidades e na realização de tarefas determinadas por seu meio de vida.

O cenário de baixa produtividade das populações rurais brasileiras, associado à suposta preguiça e às enfermidades, insere-se em contexto que unia conceito expresso por tecnocratas do século XIX, no qual a raça brasileira era por si inferior, decorrente de um arranjo de populações nativas e outras, que seria somente mitigado ou resolvido pela substituição desta por levas de imigrantes caucasianos. Sobre este contexto descrevem Lima e Hochman (1996, p.25):

Para alguns intelectuais, os obstáculos representados pela base racial eram insuperáveis. Influenciados por teóricos como Gobineau, Agassiz e Le Bon, só viam num programa intenso de imigração uma saída favorável para a nação brasileira. Nessa perspectiva, o grande problema da nacionalidade radicava-se no povo que, no limite, deveria ser substituído. Trouxeram para o debate dois novos elementos: a idéia da doença como característica central do povo e a qualificação do isolamento do sertanejo, indicado por Euclides da Cunha, como um estado de abandono da população do interior pelos governos.

Tais discussões, permeadas pelas teorias raciais iniciadas na Europa e nos Estados Unidos, chegaram ao Brasil quando a constatação inequívoca de que éramos uma sociedade miscigenada já fazia parte de todas as pautas discursivas de nossa intelectualidade. A miscigenação seria então nosso grande pesadelo, algo a ser combatido ou ao menos tolerado, marca indelével de nossa população oriunda das classes mais baixas. Citando Gobineau, ressalta Lilia Schwarcz (1993, p.64):

O resultado da mistura é sempre um dano, dizia Gobineau. A ideia de uma evolução social única e geral aparecia como um engano, já que os caracteres fixos existentes nas diferentes raças determinavam a necessidade de perpetuação dos tipos puros, não alterados pela miscigenação. Assim, se a civilização era um estágio acessível a poucas raças, o que dizer dos mestiços, esses sim uma sub-raça decadente e degenerada?

Aliado, como vimos, à suposta inferioridade da ‘raça’ brasileira, insinuava-se pelas discussões a possibilidade de ser a doença e o isolamento os fatores que realmente fadavam os habitantes rurais brasileiros ao marasmo. Sobre tal abordagem informam Lima e Hochman (1996, p.23):

O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas [...] O movimento pelo saneamento do Brasil, pelo saneamento dos sertões, concentrou esforços na rejeição do determinismo racial e climático e na reivindicação da remoção dos principais obstáculos à redenção do povo brasileiro: as endemias rurais.

Neste contexto de levas de populações supostamente indolentes e doentes, inseriam-se os povoados caiçaras do Litoral Norte de São Paulo. As condições elencadas, compostas por isolamento geográfico, social e econômico, baixo investimento governamental com conseqüente nulidade de programas sociais, relegou ao caiçara a alcunha de preguiçoso, ‘atrasado’. Sobre tais preconceitos, são contundentes as conclusões do estudo realizado ainda na década de 1940 por Emílio Willems em cooperação com Gioconda Mussolini (2003, p.97) que assim descreve:

A atitude dos caiçaras em relação ao trabalho tem sido frequentemente mal interpretada. Dois estereótipos comuns são endossados pela opinião pública brasileira e bastante usados em uma estratégia ambivalente de ataque e defesa. Um se refere à imagem do “caiçara indolente”, avesso ao trabalho e que vegeta contente em um meio ambiente tropical, em que pequenos esforços satisfazem todas as necessidades básicas. [...] O outro estereótipo é o “caiçara doente”, debilitado pela malária, sífilis e verminose, fraco demais para ter sucesso na vida... Tratamento sanitário e médico, se dado em grande escala, é tudo que precisa. Ocasionalmente as duas imagens se fundem...

Willems (2003, p.77) ainda observa: “(os caiçaras) comem o que têm, reclamam pouco e, pacientemente, suportam a fome e inanição” e relaciona ainda, como moléstias

mais recorrentes a malária, perturbações gastrointestinais e a tuberculose. Essas condições coletivas e individuais de enfermidades descritas por Willems em 1945 são corroboradas por Ary França (1954, p.101), ao afirmar:

A condição de miséria em que vivem e a solidariedade que os une. Franzino, magro, vestido sumariamente, pés descalços. Alimentação monótona e insuficiente, verminoses, por vezes, a malária, as moléstias pulmonares e as do aparelho digestivo, agravam as deficiências individuais e refletem-se nas da sociedade.

Por fim, na década seguinte, encontramos uma descrição deste cenário por Geraldo Dória de Abreu (1961, s/p.) na matéria do Jornal “O Bandeirante”, do município de São Sebastião, SP, de 15 de outubro de 1961, em qual relata:

Considerando-se o fato de essas populações, centenas de famílias, não possuírem carne senão de aves, nem farinha para o pão, e sendo escasso o peixe, pescados por processos rudimentares, e ainda, não contando com assistência para a lavoura, constituída quase que exclusivamente de bananas e mandioca – é verdadeiramente calamitosa sua situação, que está a erigir-se urgentes e concretas providências dos poderes públicos. (...) De qualquer forma reclamam-se medidas enérgicas e urgentes para evitar que populações já subnutridas venham a contrair moléstias ou perecer de inanição num total isolamento.

Desta forma, os relatos citados representam, de certa forma, o *status* deletério das condições de vida do caiçara, de onde pode-se inferir que tal condição influenciou inclusive na toponímia de certas paragens, como Praia do Lázaro (leproso), em Ubatuba e bairro do Bexiga (varíola), em Ilhabela.

Em contraditório, no entanto, vemos em alguns depoimentos que, à margem das enfermidades que grassavam as populações litorâneas, havia uma certa percepção de que o caiçara, similarmente ao caipira do planalto, representava um ideal de vida integrado à natureza. Neste sentido Lima e Hochman (1996) observam:

A descoberta da tripanossomíase americana e de suas graves formas clínicas – problemas cardíacos, neurológicos e deformações físicas - trazia uma imagem sobre as populações do interior distinta da idealizada pela literatura romântica. Somada a outras doenças endêmicas, conformava um quadro em que era impossível apostar na vitalidade do caboclo.

Neste momento elencamos algumas considerações de atores contemporâneos à metade do século XX sobre a vitalidade, ainda que combatida pela doença, do habitante caiçara. O depoimento de Olavo Hummel, engenheiro da CGGESP, (1919, p.9) em sua expedição ao Rio Juqueriquerê, questiona:

Tem-se o povo de beira mar na conta de indolente ou mesmo de vadio. Isto só em parte será verdade. Havendo estímulo nenhum povo trabalha mais.

Passam rapidamente pelas praias, indo uns, voltando outros, e sempre a pé, o que é sinal de não se recusarem ao trabalho quando bem remunerado.

Esta opinião é de certa forma endossada por Emílio Willems (2003, p.18):

Porém, uma tripulação de caiçaras “fracos” e “indolentes” pode ser frequentemente observada remando uma canoa pesada, do amanhecer ao anoitecer, sob um sol tropical abrasador, e vivendo da comida que poderia provavelmente ser considerada totalmente inadequada por qualquer dietista moderno. Esses homens não dão a impressão de fraqueza ou indolência, nem seus trabalhos agrícolas confirmam este estereótipo, apesar da frequente incidência de doenças epidêmicas.

Também Ary França (1954, p.49) contribui para esta análise ao afirmar que:

...embora mal aparelhado e vítima de endemias que o enfraquecem, tem-se manifestado um ativo transformador das paisagens [...] marcham todos descalços, com intenso tráfego, por mar e terra, invariavelmente com pesos nos ombros, braços e sobre a cabeça. Homens, mulheres e crianças...

Mais uma vez é Hummel, (1919, p.9) que igualmente repara a disposição para longos e necessários deslocamentos quando neste sentido relata: “...não conhecendo povo mais célere para andar a pé, quer nas praias como na serra, e que menos questão faz disso, do que o povo da beira mar, aonde cavallos e muares são quasi desconhecidos”.

Assim, pela amostra das citações acima, percebe-se as árduas condições de vida da população local, agravadas pela dificuldade na obtenção de víveres, de assistência social, de deslocamento e ainda aviltada pela permanência do preconceito de indolente e preguiçoso. Mas este rótulo é desfeito quando são verificadas de forma mais apurada as condições econômicas e sociais encontradas no litoral. Afinal, se o caiçara estava adaptado às condições de vida impostas pela natureza e ao isolamento, com suas próprias visões de mundo, se mantinha, porém, despertos para oportunidades que aquele ambiente, ainda que hostil, lhe oferecia. Esta avidez pode ser exemplificada pelo clamor por melhores condições sanitárias, o que inclui igualmente a assistência médica regular. No entanto, na falta destes o caiçara, dentro de seu arranjo urbano, dispunha de soluções que estavam à sua mão, cenário que será discorrido no próximo tópico.

Equipamentos vernaculares e iniciativas governamentais

O isolamento imposto às comunidades praianas e o baixo padrão econômico, como define França (1954, p.62) “vida social dominada pelo pauperismo”, relegaram ao caiçara a opção de atender suas necessidades sanitárias (abastecimento de água, esgoto,

descarte de inservíveis, assistência médica) com recursos da terra e conhecimentos empíricos seus e de seus pares.

Sobre a captação de água, à exceção de grandes unidades produtivas canavieiras, que demandavam complexos sistemas hidráulicos sobretudo para a moenda de cana-de-açúcar, as pequenas habitações dispunham sobremaneira da coleta direta de regatos ou demais recursos hídricos. À luz de pesquisas arqueológicas, identificou-se em sítios históricos no Litoral Norte pequenos represamentos de córregos e emprego de canaletas com uso de telhas cerâmicas, ou a presença de “bica d’água de uso coletivo, que denotava o caráter solidário” (GALDINO, 2010, p.83). No entanto, infere-se que a coleta direta de água era o modo mais usual, conforme exemplifica Emílio Willems (1954, p.33), tal como seria notado na descrição do Quilombo da Caçandoca. Já em relação ao esgoto - banheiro, o modo recorrente era a ida ao mato imediato da casa, ou como explana Emílio Willems (1954: 34) a eleição de alguma bananeira próxima.

No tocante ao descarte de inservíveis, a opção recorrente era o enterro na faixa contígua ao quintal, consoante com o que afirmam Tocchetto *et al.* (2001, p.13), para que tais vestígios “... se enterrassem imediatamente em seus próprios terrenos. [...] em poços aparentemente criados para esta finalidade.”

No que tange à assistência médica, na ausência de profissionais ou atendimentos médicos regulares, esta muitas vezes ficava a cargo de parteiras, benzedadeiras e raizeiras (FRANÇA, 1954, p.103). A título de exemplo, Willems cita as parteiras como personagens importantes. No entanto, segundo este autor, “em algumas comunidades, nem elas existiam, e o trabalho de parto era relegado a alguma velha da família ou da vizinhança” (2003, p.145). Os medicamentos fitoterápicos utilizados e produzidos pelos caiçaras indicam que o uso dos quintais agrícolas são essenciais para a manutenção da vida saudável, pela presença de plantas medicinais e “produção de alimentos seguros que complementam a dieta dos habitantes...”(MINAS, 2015, p.67)

Assim, diante do quadro de isolamento e desassistência do Litoral Norte, no decorrer da primeira metade do século XX, fez com que a atuação do Estado na ajuda, ainda que tímida, às mazelas que afligiam as comunidades urbanas fossem estendidas às suas congêneres rurais. Algumas destas demandas vieram de comissões de pesquisa que percorreram diversos setores do estado de São Paulo, sendo expoente a já citada Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo - CGGESP (MAIA COSTA, 1998, p.18). Um destes relatos é derivado do engenheiro Cococi (1919, p.2) participante desta comissão, assim expresso:

Entretanto, nada existe e nada se cogita fazer em seu benefício, e o povo, abandonado, à mercê de seus próprios destinos, sem os meios fáceis de comunicar-se para venda de seus productos; desconhecendo os modernos instrumentos agrícolas, para lavrar a terra e os segredos desta arte; vencido por uma praga terrível – a saúva – que destrói e invade, desde a rama, a roça de mandioca, até a matta virgem; tendo quase esgottado, a par de todas as energias vitais, também as energias moraes, cahiu na indolência, donde, fatalmente, não se levantará, sem o concurso e apoio fortes do governo. Introduzido também, o colono, conhecedor dos processos modernos da lavoura, poderia acorda-lo da lethargia e estimula-lo ao trabalho, pois agora, como está, a mercê da sorte, vive quase exclusivamente do peixe, que o mar generosamente lhe oferece.

Observa-se assim que os pareceres destes engenheiros e demais profissionais inseriam em suas notas de cunho topográfico também impressões sobre as condições sociais das comunidades rurais litorâneas. Aliadas aos laudos do Estado, em várias unidades da Federação, esboçavam a aplicação de políticas que objetivavam sanear os chamados rincões rurais. Neste contexto Maia Costa (1998, p. 12) observa que:

Se, por um lado, a abolição da escravidão e a proclamação da República não se deram de forma a consolidar de imediato e de forma irredutível a nova configuração sócio-política brasileira, elas significaram e impulsionaram mudanças substanciais que passaram a requerer das cidades brasileiras uma outra estrutura diferenciada na sua materialidade (técnica e formal), na sua administração e no imaginário de cidades civilizada e moderna...

Neste sentido Philip Gunn (2002, p. 3) explana: “Na primeira década do século XX, houve uma ênfase nas obras urbanas de saneamento, porém junto com o policiamento das condições sanitárias dos bairros e edifícios...” O autor assim prossegue:

No início do século, havia, no meio médico, um consenso de que no ‘estado atual da ciência’ a redução da ocorrência de moléstias transmissíveis dependia da realização de obras urbanas, como drenagem do solo, estabelecimento de uma rede de água potável e abundante e de uma bem construída rede de esgotos.

Assim, no esteio das políticas sanitaristas vigentes à época, algumas iniciativas respingaram nas cidades do litoral, ainda que apenas ações pontuais, em decorrência de sua localização periférica, ante os grandes centros. Obras de construção de redes de abastecimento foram implantadas em Caraguatatuba e São Sebastião, como exemplificam as figuras 01 e 02.



Figura 01: Trabalhadores fazendo o encaixe dos canos para receber a camada de chumbo derretido. O chumbo derretido era usado como vedação. Sistema de abastecimento de água: Centro de São Sebastião, SP. Década de 1960.

Fonte: Arquivo Público Municipal de São Sebastião – APMSS.

Desta forma os municípios do Litoral Norte de São Paulo receberam as primeiras obras de saneamento, compostas por redes incipientes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, ainda que este esteja representado por simples emissários submarinos, como os existentes em Ilhabela e São Sebastião – Praia das Cigarras (este desativado). Concluindo, tais iniciativas estiveram restritas aos núcleos urbanos centrais. As paragens rurais praianas e os enclaves de moradias nas enseadas estiveram, no decorrer das primeiras décadas da segunda metade do século XX, ainda sob os equipamentos vernaculares descritos anteriormente.

Isto é o que ocorre, por exemplo, no Quilombo da Caçandoca, em Ubatuba – SP. A análise de relatos sobre este mostra que as condições relatadas na primeira metade do Século XX ainda permearam esta comunidade, no findar dos novecentos. Estes continuam apesar dos avanços das condições sanitárias e especialmente no campo da coleta e tratamento de efluentes.



Figura 02: Trabalhadores fazendo o encaixe dos canos para receber a camada de chumbo derretido. O chumbo derretido era usado como vedação. Sistema de abastecimento de água: Centro de São Sebastião, SP. Década de 1960.

Fonte: Arquivo Público Municipal de São Sebastião – APMSS.

Embora o negro estivesse inserido na visão ufanista da formação nacional “sob a valorização das três raças” (LIMA, HOCHMAN, 1996, p.26), no tocante ao papel do negro na formação da cultura caiçara encontram-se autores onde muitas vezes sua contribuição é ignorada. Márcia Merlo (2009, p.101) de forma incisiva denuncia tal cenário, ao descrever em sua obra a suposta ausência e invisibilidade do negro no pós-abolição e no decorrer do século XX. Ary França (1954, p.46), apesar de apontar que 37,6 % da população do Litoral Norte em 1835 era composta por negros, afirma que tal contingente desertou da região tão logo deu-se sua emancipação civil e que, em 1954, representava fração reduzida da população norte litorânea. O autor prossegue (FRANÇA, 1954, p.101): “Do negro, poucos elementos na população. E pequena influência econômica deste conserva-se”.

Emilio Willems (2003, p.18) cita, especificamente, a presença negra de forma reclusa: “encontrados somente nos antigos portos marítimos e em áreas vizinhas onde

engenhos de açúcar foram estabelecidos nos tempos coloniais. Elementos da cultura africana sobreviveram, portanto, somente até um determinado ponto nas cidades costeiras”. Já Diegues, porém, (2004, p.30) destoa de tais afirmações em estudo mais recente, no qual ressalta a presença de povoados tradicionais negros “mais visível no litoral norte de São Paulo e extremo sul fluminense”.

Preliminarmente, podemos inferir que, num contexto de invisibilidade impressa às comunidades caiçaras, o negro, remanescente quilombola, pode ser ainda mais ignorado, ao considerarmos sua presença em núcleos isolados e resistentes – quilombos – ainda detentores de modos tradicionais de vivência. Em relação às questões sanitárias, vemos que o cenário vigente no decorrer das primeiras décadas do século XX ainda perdurou no quilombo da Caçandoca, segundo atestou Egléia Minas (2015, p.46):

O abandono do poder público no atendimento às questões básicas de sobrevivência da comunidade como saúde e educação por longas décadas, levou a mesma a organizar-se para elaborar planos de ações com pautas reivindicatórias junto às autoridades competentes regionais e nacionais de suas demandas prioritárias.

A autora (MINAS, 2015, p.65) prossegue ao citar as doenças recorrentes no quilombo: diarreias, problemas renais, verminoses, cólicas, assim como estabelece elo entre tais doenças com a falta de abastecimento de água tratada e sem esgotamento sanitário, pois na década de 2010 ainda se faz uso de corpos d’água (rios e cachoeiras) e, apesar de fossas sépticas, se utilizavam as matas do entorno.

Sobre a ausência de assistência social, Minas (2015, p. 45) destaca em sua obra a desativação da única escola pública. Já Elaine Branco (2007, p.97) oferece em sua dissertação relatos de partos efetuados por parteiras da comunidade nas próprias residências.

Sobre o tópico do uso fitoterápico amplo no universo caiçara, este insere-se também no Quilombo, segundo nos informa Minas (2015, p.48, 49) sobre recorrer-se à benzimentos e medicina popular pois “faz parte do universo de percepção da natureza a valorização e conhecimento das plantas que têm o poder curativo das mazelas...”

Pretendemos aqui não um diagnóstico amplo do Quilombo da Caçandoca, mas correlacioná-lo com os cenários gerais apresentados neste artigo. De modo preliminar podemos inferir que alguns panoramas relacionados às questões sanitárias no decorrer da primeira metade do século XX ainda perduraram ao findar os novecentos e adentrar do seguinte. No entanto, há de se esperar que a ausência de atuação do poder público

nesta comunidade possa oferecer fortalecimento nas reivindicações, como consequente incremento das energias da luta e associação.

Considerações Finais

O presente artigo procurou elencar algumas questões relacionadas à formação étnica do caiçara e percepções, ao longo da primeira metade do século XX, sobre sua 'indolência' e 'doença'. Procurou relacionar tais considerações com exemplos de equipamentos e práticas sanitárias vernaculares, bem como descrever alguns empreendimentos de caráter governamental para a instalação de serviços de abastecimento de água e esgoto.

Podemos inferir que a visão preconceituosa sobre o caiçara contrastava com afirmações sobre sua eficiência e robustez na lida com seu cotidiano laboral. Outra abordagem que poderá ser aprofundada refere-se à qualidade das soluções encontradas pelas populações praianas para atendimento de suas necessidades sanitárias (abastecimento de água, curas, atendimentos médicos de ordem empírica). Mal ou bem as comunidades conseguiam dar cabo de pequenas enfermidades. No entanto, conforme aborda Willems (2003, p.80), ao se referir à comunidade ilhéu de Búzios, no Arquipélago de Ilhabela, comunidade ainda mais isolada, os óbitos de crianças eram recorrentes, e o luto referente aos indivíduos adultos era pouco praticado, o que indica uma certa resignação. Desta forma, entendemos que haviam soluções locais para as enfermidades recorrentes, mas também um certo conformismo com a alta letalidade decorrente de uma doença que oferecesse quadro mais complexo.

Assim, entendemos que o ciclo de mudanças que foi impresso nas comunidades caiçaras em geral é diferente do que foi imposto na comunidade do Quilombo da Caçandoca, em decorrência da ação de resistência, da eleição de lugar ermo que foi preterido inicialmente pela sanha capitalista, e que ainda enfrenta problemas de infraestrutura outrora comuns em outros sítios do Litoral Norte. Evidentemente não podemos nos esquecer que novos bairros, à maneira das favelas, assentamentos subnormais de ocupação recente ainda sofrem com ausências de saneamento básico. No entanto, conforme proposto neste artigo, optamos por abordar os modos de ocupação histórica, e como estes conseguiram soluções para atendimento de suas necessidades básicas. Abordagens mais apuradas sobre como tais comunidades reprimiram, à sua maneira, noções depreciativas sobre sua cultura, se fazem sempre necessárias.

ENFERMEZAS, SANEAMIENTO Y PREJUICIO: UN ANÁLISIS HISTÓRICO DE COMUNIDADES CAIÇARAS Y QUILOMBOLAS DE LA COSTA NORTE DE SÃO PAULO, BRASIL, EN EL DESARROLLAR DEL SIGLO XX

Resumen: Las percepciones expresadas por profesionales sobre las poblaciones de caiçaras son enfáticas cuando se clasifican en apodosos despectivos. Indolentes, detenedores de repulsa al trabajo son algunos de los predicados asignados. El origen de esta postura, ya bien analizada, se remonta a las teorías de la pretensión científica que también afectó a las poblaciones mixtas en general, atribuyéndoles una cierta degeneración que obstaculizó el progreso de la humanidad. Este artículo, a través de la revisión de la literatura, busca analizar cómo estos escenarios reflejan una situación común a muchos grupos sociales, caiçaras y quilombolas, que preservan una cultura particular, objeto de reflexiones que colaboran para comprender precisamente el mestizaje como una de las bases de la formación cultural del país.

Palabras clave: Enfermedades. Prejuicio. Saneamiento. Caiçaras. Quilombolas. Ubatuba/SP.

Referências

ABREU, Geraldo Dória. **Urgem providências para solucionar a crise de transporte na Costa Sul do município.** São Sebastião: O Bandeirante, 15 de outubro de 1961, número 240, página 1.

AROUCA, Justo. **Memorial de Sua Excelência. História política de Caraguatatuba.** Caraguatatuba:Ed. Fundacc, 2003;

BRANCO, Elaine Regina. **Encontros, desencontros e reencontros na trajetória da comunidade remanescente do Quilombo Caçandoca: identidade e territorialidade.** Monografia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista - Faculdade De Ciências e Tecnologia, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito.** 11ª. edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Enciclopédia Caiçara. Vol 1. O Olhar do pesquisador.** São Paulo: HUCITEC, 2004.

FRANÇA. Ary. **A Ilha de São Sebastião.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1954.

GALDINO, Clayton. **Aspectos culturais do Sítio Arqueológico São Francisco. Cotidianos de uma antiga fazenda do Litoral Norte Paulista.** Trabalho apresentado na disciplina FAU-USP "Programa da Casa Brasileira". São Paulo: FAU-USP, 2007.

GUNN. Philip. **A ascensão dos engenheiros e seus diálogos e confrontos com os médicos no urbanismo sanitário em São Paulo.** São Paulo: FAU-USP, 2002.

HUMMEL, Olavo. **Relatório, em COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do Rio Juqueriquerê.** São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 1919.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. **Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República,** em

MAIO, Marcos Chor (org). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996, p. 23 – 40.

MAIA COSTA, Luiz Augusto. **A Prática Profissional de dois Sanitaristas: Theodoro Sampaio e Saturnino de Brito**. Campinas: PUCAMP, 1998.

MERLO, Márcia. **Entre o Mar e a Mata: A Memória Afro-brasileira - São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba**. São Paulo: Educ, 2009.

MINAS, Egléia Adalgizo. **Registro e Preservação Cultural: Fazeres e Saberes da Comunidade Remanescente do Quilombo da Caçandoca –Litoral Norte/SP**. Dissertação de mestrado. Fernandópolis: Universidade Camilo Castelo Branco, 2015.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa**. São Paulo: GEOUSP, 2013, p. 19 – 33.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**. Campinas: Unicamp, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SETTI, Kilza. **Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical**. São Paulo: Editora Atica, 1985.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. **A Faiança Fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

WILLEMS, Emilio. **A Ilha de Búzios. Uma comunidade caiçara no Sul do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 2003.

SOBRE OS AUTORES

Clayton Galdino Rosendo dos Santos é doutorando em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); docente do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

Pedro Ribeiro Moreira Neto é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Géographie Humaine et Organisation de l'Espace pelo Institut de Géographie Université Paris I Panthéon-Sorbonne (IG - França); docente do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

Recebido em 30/11/2019

Aceito em 30/04/2020